

ABRAMPA

29/11/2018 - SALVADOR

TEMA:
PNRS, LOGÍSTICA REVERSA E A
SUSTENTABILIDADE
DIFICULDADES E DESAFIOS

Trata-se de um desafio aos membros da mesa, pois cada um de nós tem suas opiniões distintas sobre este importante segmento da PNRS.

PARTICIPAÇÃO “TEMPORAL da ABLP”, na PNRS. LEI 12.305/2010

MUITO AVANÇADA PARA PADRÕES DO BRASIL –
CONTINENTE

PRAZO ESTABELECIDO – BOM

GRANDE OBJETIVO - “ERRADICAÇÃO LIXÕES”

SITUAÇÃO ATUAL: + de 50% dos municípios brasileiros ainda descartam resíduos sólidos em Lixões.

•

Responsabilidade das Indústrias

GRANDE DESAFIO AO GOVERNO FEDERAL

- RECURSOS FINANCEIROS – INSIGNIFICANTES, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A PNRS.

No Dec. 12.305/2010 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - na seção II (Responsabilidade Compartilhada) é que emergiu o tema, do desenvolvimento da Logística Reversa.

Entretanto é importante ser lembrado, que por força de legislações ambientais específicas, alguns setores já praticavam a Logística Reversa (Pneus, Óleos Lubrificantes, Agrotóxicos, Pilhas e baterias)



SUSTENTABILIDADE

- Nos encontros técnicos iniciais ocorridos logo após a Regulamentação da PNRS, discutíamos da falta de recursos e planos econômicos para a implantação da PNRS.
- Governo Federal e os Estaduais, não criaram instrumentos legais de incentivos fiscais e tributários para motivarem a implantação de **INDÚSTRIAS RECICLADORAS** – principalmente em algumas regiões do Centro Oeste e Nordeste.
- Secretarias Estaduais e Órgãos de Controle Ambiental, demoraram a se integrarem, na promoção e organização dos Acordos Setoriais.

DIFICULDADES:

- Desconhecimento da População.;
- Interpretação e definição das responsabilidades;
- Poucos setores atuando em prol da Logística Reversa;
- Ações tímidas ou insignificantes, visando a redução da geração de resíduos;
- Grande parte das indústrias, não assumindo o contido no artº 32, onde as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

- Contrabando de produtos estrangeiros em cidades de fronteira, aumentando as dificuldades do programa de logística reversa.
- Acomodação geral, pois os Municípios, continuam até hoje recolherem embalagens, que deveriam estar setorizadas na logística reversa, e os contribuintes municipais são os quem estão arcando com a conta.
- Barreiras tributárias, (Estaduais) principalmente no setor eletroeletrônico. – Prejudicando inclusive os custos de transportes, pois a cada fronteira estadual, por força de legislações específicas de cada estado, estabelece uma longa espera dos caminhões.

DESAFIOS:

Para que haja sucesso na implantação da Logística Reversa, precisamos trabalhar fortemente para se definimos o grande dilema: **ONDE TERMINA A COLETA SELETIVA, E ONDE COMEÇA A LOGÍSTICA REVERSA DAS EMBALAGENS EM GERAL.**

Que o Governo Federal, através do Ministério de Meio Ambiente, finalize no âmbito do Grupo Técnico de Trabalho (GT-1), o plano de metas.

Pressionarmos o Congresso Nacional, para não dilatar os prazos já vencidos na PNRS.

Que seja acelerada a finalização de Acordos Setoriais em andamento.

Que as entidades ligadas ao setor de Limpeza Pública, mantenham-se firmes, lutando pelos objetivos contidos na Política Nacional de Resíduos.

Obrigado a todos.

João Giansesi Netto
ABLP – Presidente
ablp@ablp.org.br

